
CONVITE nº 001/2016

PROCESSO DE COMPRAS Nº 112/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA E CAPACITAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA DOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC NA METODOLOGIA GPC – GLOBAL PROTOCOL FOR COMMUNITIES, BEM COMO ELABORAÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL DO GRANDE ABC DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC, através da Diretoria Administrativa e Financeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará **CONVITE DO TIPO MENOR PREÇO** para o objeto em epígrafe.

Esta licitação e a contratação dela decorrente subordinam-se às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações que lhe sobrevieram e demais normas regulamentadoras aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas no presente Edital.

1. PREÂMBULO

1.1. A sessão pública será realizada no Consórcio Intermunicipal Grande ABC na Avenida Ramiro Colleoni, 05, Centro, Santo André/ SP, **no dia 07 de Abril de 2016, com início às 10 horas e 00 minutos**, horário de Brasília – DF, e será processada pela Comissão Permanente de Licitações – COPEL I.

1.2. As propostas deverão obedecer às especificações e padrão deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte integrante.

1.3. Os envelopes de “Documentação” e “Proposta” deverão ser apresentados na data, hora e endereço acima mencionados, quando serão recebidos e abertos na forma prevista neste Edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. As empresas interessadas em participar do presente certame, convidada ou não, deverão retirar o Edital e seus anexos na Diretoria Administrativa e Financeira, mediante a disponibilização de mídia removível (pen drive) pela empresa interessada.

2.2. O Licitante que estiver interessado poderá entregar os envelopes no endereço e horário constantes no item 1.1 acima, ou se fazer representar na Sessão Pública, por representante, sendo um para cada licitante, devidamente munido de procuração atribuindo poderes para praticar todos os atos inerentes ao procedimento licitatório em questão.

2.3. Não poderão participar da licitação as pessoas físicas ou jurídicas:

- a) Declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, ou que possuam qualquer outro impedimento legal para tanto;
- b) Sob processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) Que não possuam em seu objeto social, ramo de atividade que seja pertinente ao objeto a ser licitado;
- d) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

3. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. Deverão ser apresentados 02 (dois) ENVELOPES separados, indevassáveis, e devidamente lacrados, um deles com a designação "DOCUMENTAÇÃO", destinado aos documentos para habilitação da empresa e outro com a indicação "PROPOSTA" que conterá a proposta de preços propriamente dita, contendo os seguintes dizeres em suas faces externas:

3.1.1. Envelope Documentação

Número do Processo;
Número do Convite;
Dados do Licitante (Razão Social, CNPJ, Endereço completo).

3.2.2. Envelope Proposta;

Número do Processo;
Número do Convite;
Dados do Licitante (Razão Social, CNPJ, Endereço completo).

4. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO – ENVELOPE “DOCUMENTAÇÃO”

4.1. Deverão estar inseridos no envelope, os documentos abaixo relacionados, por meio de cópias devidamente autenticadas, ou para serem autenticadas por membro da COPEL, mediante a apresentação do documento original, excetuando-se aqueles expedidos via internet, em que a comprovação de sua veracidade poderá ser efetivada na Sessão:

4.1.1. Para Habilitação Jurídica deverá ser apresentado, conforme natureza do licitante:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registrados na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização

para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.1.2. Para Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão que comprove a regularidade para com a Fazenda Federal, compreendendo certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal - RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' à 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- d) Certidão que comprove a regularidade para com a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, consistente na regularidade fiscal junto ao Estado ou Distrito Federal;
- e) Certidão que comprove a regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão que comprove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011, emitida pelo site <http://www.tst.jus.br/certidao/>.

4.1.2.1. As provas de regularidades elencadas nas alíneas “b”, “d” e “e” acima são exclusivamente relativas aos tributos pertinentes ao objeto licitado.

4.1.2.2. Serão aceitas Certidões Positivas com Efeito de Negativas.

4.1.3. Para Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com prazo de expedição inferior a 180 (cento e oitenta) dias da data do Convite;

4.1.4. Para Qualificação Técnica:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, sendo que os quantitativos mínimos de prova de execução deverão obedecer ao percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento);

-
- 4.1.5. Apresentar Declaração de comprovação de regularidade perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo Anexo III deste edital.
- 4.1.6. Os Licitantes devidamente enquadrados como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar a declaração expressa de que no momento da abertura da sessão atendem a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da legislação fiscal e societária, conforme modelo constante no Anexo IV, bem como os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências, observadas as condições previstas no item 6.4.
- 4.2. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência ou validade, observados o disposto no § 1º do art. 43 da LC 123/2006, alterado pela LC 147/2014 para os casos das empresas declaradas ME ou EPP.
- 4.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o Consórcio aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 4.4. Os Documentos de Habilitação deverão estar devidamente autenticados, por Cartório competente ou por membro da COPEL, mediante apresentação do Original, antes do início da sessão.
- 4.5. Nenhum documento será autenticado por membro da COPEL na sessão. Eventuais documentos a serem autenticados serão conferidos e autenticados com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário para abertura da sessão.

5. PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “PROPOSTA”

- 5.1. O envelope “PROPOSTA” deverá conter a proposta apresentada em papel timbrado da empresa, em 01 (uma) via, impressa, com escrita numa só das faces de cada folha, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, na qual deverão constar de forma clara, legível e precisa os elementos e requisitos mencionados nos Anexos I e II, devendo estar datada e assinada pelo representante legal da empresa.
- 5.2. Os preços unitários e global deverão ser expressos em Reais, em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 5.3. Nos preços ofertados pelos licitantes deverão estar inclusos, entre outros, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, despesas operacionais, transporte, frete, carga e descarga, obrigações financeiras de qualquer natureza, enfim, todos os componentes do custo da execução do objeto da presente licitação.

-
- 5.4. O valor total da proposta não poderá ser superior ao valor total estimado para a contratação de **R\$ 239.010,98 (duzentos e nove mil, dez reais e noventa e oito centavos)**.
- 5.5. Em caso de erro de cálculo detectado na proposta, a COPEL I efetuará as correções necessárias mediante a prevalência do preço global proposto pela Licitante.
- 5.5. O Prazo de validade da proposta deve ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão;

6. PROCESSAMENTO DA SESSÃO

- 6.1. No dia e horário estabelecidos no item 1.1 no preâmbulo deste Convite, na presença dos membros da COPEL I e representantes dos licitantes presentes, em sessão dirigida pelo Presidente da Comissão ou seu substituto, serão recebidos os envelopes "DOCUMENTAÇÃO" sendo apreciados os respectivos conteúdos.
- 6.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, cujos representantes estejam presentes, serão indagadas, na sessão pública, no momento da apresentação dos envelopes, sobre a intenção do exercício dos direitos previstos na Lei Complementar nº 123/06.
- 6.2. A COPEL I procederá à abertura dos Envelopes – Documentação, de todos de todos os licitantes que o tenham apresentado, procedendo publicamente a conferência e rubrica de todos os documentos, que serão, na sequência, rubricados por todos os representantes legais ou credenciados dos licitantes presentes.
- 6.3. Serão inabilitados os Licitantes que apresentarem documentação incorreta, incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamentos, emendas, ressalvas ou omissões.
- 6.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem todos os documentos e considerando o disposto no item 4.1.6 deste edital, serão consideradas provisoriamente habilitadas para a fase de abertura das propostas.
- 6.4.1. Será concedido à LICITANTE vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando encerrada a fase de classificação das propostas, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização das pendências, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período a critério do Consórcio e desde que solicitado, por escrito, pela LICITANTE.
- 6.4.2. Deverá a empresa provisoriamente habilitada declarar, sob pena de incursão nas penalidades aplicáveis à espécie que, caso seja vencedora do certame, cumprirá os prazos fixados na legislação em vigor para regularização dos documentos necessários à sua habilitação definitiva, de modo a que possa assinar o contrato ou instrumento equivalente.

-
- 6.4.3. A não regularização das pendências, no prazo previsto no item 6.4.1, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades impostas neste edital e demais penalidades pela Lei nº 8.666/93.
- 6.5. Decidida a fase de habilitação, havendo no mínimo 03 (três) propostas habilitadas à seleção, serão abertos os envelopes "PROPOSTA" das empresas habilitadas.
- 6.6. As propostas serão classificadas pelo critério de julgamento de "**menor preço global**".
- 6.7. Serão desclassificadas as propostas:
- a) Que não atenderem as exigências e especificações técnicas formuladas neste Edital;
 - b) Com preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis;
- 6.7.1. Para efeito de análise de preço exeqüível o licitante deve fornecer, a critério do Consórcio, comprovante de garantia dos preços constantes em sua composição, bem como comprovação documental de que possui condições de obter os preços unitários constantes na planilha.
- 6.7.2. O cálculo do preço inexeqüível será de acordo com o critério legal, fixado nos §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 9.648/98.
- 6.7.3. As composições deverão ser demonstradas, a critério do Consórcio, inclusive a adequabilidade dos índices relativos aos insumos adotados ou não.
- 6.7.4. Se o proponente não puder comprovar documental e praticamente suas composições, estará automaticamente desclassificado.
- 6.8. Somente serão levadas em consideração, para efeito de julgamento, as propostas apresentadas de acordo com as exigências legais e regulamentares do presente Edital, sendo desclassificadas aquelas que não atenderem a tais exigências.
- 6.9. Em caso de empate entre duas ou mais propostas a escolha da proposta vencedora será feita da seguinte forma:
- 6.9.1. Será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte, como critério de desempate, a preferência de contratação, de acordo com o estabelecido no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06.
 - 6.9.2. Entende-se por empate, as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada.
 - 6.9.3. A microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar, na sessão pública, proposta de preço inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame, momento em que será consignado seu preço em ata, e será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

-
- 6.9.4. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem 6.9.3 acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.9.2 na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito.
- 6.9.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.9.2., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar oferta.
- 6.9.6. O disposto nos subitens anteriores somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 6.9.7. Não havendo a participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, a COPEL promoverá o sorteio entre os participantes, de acordo com o § 2º do artigo 45 da Lei de Licitações.
- 6.10. Serão devolvidos fechados os envelopes "PROPOSTA" das licitantes julgadas inabilitadas, desde que não tenha havido recurso ou após negado provimento ao mesmo, se for o caso.
- 6.11. Havendo desistência expressa quanto ao oferecimento de recursos, pelos representantes dos licitantes participantes, o que constará da Ata, será procedido o encerramento da sessão.
- 6.12. Não havendo desistência expressa quanto ao oferecimento de recursos, será concedido e publicado pela Comissão Permanente de Licitações, o prazo legal para interposição de recursos, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.
- 6.13. A decisão final será submetida à apreciação do Senhor Secretário Executivo, para a devida Adjudicação e Homologação.
- 6.14. O presente CONVITE poderá ser invalidado, se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento e poderá ser revogado, a juízo exclusivo do Consórcio, em face de razões do interesse público, devidamente justificado.

7. CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 7.1. A adjudicatária será expressamente convocada pela Diretoria Jurídica para no prazo de até 05 (cinco) dias assinar o contrato nos termos do Anexo V, se caso for, ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 7.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto no subitem 7.1, sob alegação de motivo justo que poderá ou não ser aceito pelo Consórcio.
- 7.3. No ato da assinatura do contrato pela empresa vencedora, esta deverá

assinar o Termo de Ciência e Notificação - Anexo VI, deste Edital.

- 7.4. Para instruir a formalização da contratação, o Contratado deverá providenciar e encaminhar ao Consórcio, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação, as certidões que comprovem a regularidade relativas à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a de Regularidade Trabalhista (CNDT), válidas, sob pena de não ocorrer a contratação.
- 7.5. A Contratada está obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato;
- 7.6. A execução do objeto contratado deverá obedecer à legislação que rege a matéria, bem como, as disposições dos órgãos regulamentadores.
- 7.7. A inexecução parcial ou total do contrato poderá ensejar sua rescisão, nos casos previstos no art. 78, no modo previsto pelo art. 79, com as conseqüências previstas no art. 80, todos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. São aplicáveis as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações posteriores, e demais normas pertinentes, a seguir indicadas:
- I. Advertência;
 - II. Multa.
 - III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio;
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 8.2. A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar os instrumentos equivalentes dentro do prazo estabelecido neste Edital ou o não comparecimento para assinatura neste mesmo prazo caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da lei federal 8666/93, com multa de 10% (dez por cento) do valor total da proposta, ressalvado o disposto no parágrafo único do Artigo 81 da mesma Lei.
- 8.3. Multa por atraso: 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 10% (dez por cento), podendo o Consórcio a partir do 10º dia considerar rescindido o Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 8.4. Multa por inexecução parcial do Contrato: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada.
- 8.5. Multa por inexecução total do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

- 8.6. Multa de 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total do Contrato.
- 8.7. Perda da garantia oferecida se houver, em caso de culpa pela rescisão contratual.
- 8.8. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 8.9. Constatada a inexecução contratual ou a hipótese do subitem 8.2, será a Contratada intimada da intenção do Consórcio Intermunicipal Grande ABC quanto à aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do art. 87, §2º e §3º da Lei 8.666/93.
- 8.10. Não sendo apresentada a defesa prévia pela Contratada ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, o Consórcio providenciará a notificação da Contratada quanto à aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do artigo 109, I, "f" da Lei no 8.666/93.
- 8.11. Decorridas as fases anteriores, o prazo para pagamento das multas será de 03 (três) dias úteis a contar da intimação da Contratada. A critério do Consórcio e sendo possível, o valor devido será descontado da garantia prestada, ou sendo esta insuficiente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Consórcio. Não havendo tais possibilidades, o valor será inscrito em dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

9. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1. Quaisquer esclarecimentos ou informações relativas a esta licitação serão prestadas, mediante solicitação dirigida a Comissão Permanente de Licitações – COPEL I com identificação do número do Processo e número do Convite, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para abertura da sessão pública, através do e-mail: licitacao@consorcioabc.sp.gov.br, ou documento protocolado na DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situado na Avenida Ramiro Colleoni, 05, Centro, Santo André/ SP, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas.
 - 9.1.1. Não serão aceitos pedidos de informações ou questionamentos verbais ou por ligação telefônica.
- 9.2. As impugnações ao edital serão recebidas em até **02 (dois) dias úteis** anteriores à data de abertura dos envelopes, mediante documento protocolado dirigido a Comissão Permanente de Licitações – COPEL com identificação do número do Processo e número do Convite, devendo ser protocolado na DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA conforme endereço no item 9.1 acima.
- 9.3. Eventuais interposições de recursos contra decisões proferidas pela COPEL deverão obedecer ao disposto no artigo 109 da Lei 8.666/1993, mediante

documento dirigido a Comissão Permanente de Licitações – COPEL devendo ser protocolado na DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA conforme endereço no item 9.1 acima.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. A participação no presente certame pelo Licitante implica na aceitação plena e total de todos os termos do presente Edital e de seus Anexos, respeitado o disposto no artigo 41, § 2º da Lei Federal no 8.666/93, sujeitando-se o licitante às sanções previstas neste edital e ainda, nos artigos 86 a 88, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 10.1.1. Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados; bem como assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Consórcio não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 10.2. É facultado a Comissão Permanente de Licitações – COPEL I proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 10.3. A critério da Comissão Permanente de Licitações – COPEL I poderão ser convocados funcionários do próprio Consórcio ou dos municípios consorciados, para emissão de pareceres técnicos.
- 10.4. Fica assegurado ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC o direito de, no interesse da Administração, invalidar ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte a presente licitação, sem que caiba indenização de qualquer espécie, mediante despacho devidamente motivado exarado pelo Secretário Executivo, dando ciência às interessadas, na forma da legislação vigente.
- 10.5. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência, cessão ou subcontratação de responsabilidade do Contratado, salvo se prevista expressamente no Termo de Referência – Anexo I.
- 10.6. A comunicação dos atos subsequentes à sessão pública aos proponentes ocorrerá mediante publicação no Jornal que veicula os atos oficiais do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.
- 10.7. O foro da Comarca de Santo André é o competente para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

11. ANEXOS

- 11.1. Este edital contém as CONDIÇÕES GERAIS do procedimento licitatório que, em conjunto com os elementos específicos contidos nos Anexos a seguir indicados, que o integram, regerão a presente licitação e posterior contratação.

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Modelo de Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho;

Anexo IV - Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo V – Minuta do Termo de Contrato;

Anexo VI - Termo de Ciência e Notificação.

Santo André, 30 de Março de 2016.

CARLOS EDUARDO ALVES DA SILVA
Presidente da COPEL I

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo

**ANEXO I –
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DADOS DA LICITAÇÃO

- 1.1. Processo de Compras nº: **112/2015**
- 1.2. Convite nº **001/2016**
- 1.3. Data da Abertura: **07/ 04/ 2016**
- 1.4. Horário da Abertura: **10:00 horas**
- 1.5. Local: Consórcio Intermunicipal Grande ABC - Avenida Ramiro Colleoni, 05, Centro, Santo André/ SP.

2. OBJETO

- 2.1. Constitui o objeto deste Convite a **CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA E CAPACITAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA DOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC NA METODOLOGIA GPC – GLOBAL PROTOCOL FOR COMMUNITIES, BEM COMO ELABORAÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL DO GRANDE ABC DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.**
- 2.2. Objetivo da Contratação:
- I. Realizar treinamentos para técnicos das sete prefeituras que compõem o Consórcio intermunicipal Grande ABC: Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra com a aplicação da metodologia da GPC – Global Protocol For Community, visando sua capacitação para executar o Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Política de Mudanças Climáticas;
 - II. Criação de um Grupo de Trabalho Específico para a elaboração do Inventário de GEE;
 - III. Coordenar a coleta de dados, sistematização, compilação, análise e cálculos para a produção do Inventário de Emissões de GEE da Região do Grande ABC;
 - IV. Elaborar a Política de Mudanças Climáticas Inventário de GEE da Região do Grande ABC;
 - V. Criação do Comitê Regional de Mudanças Climáticas.

2.3. Atividades:

2.3.1. Fortalecimento da capacidade institucional dos técnicos municipais da região do grande abc no tema de mudanças climáticas

Coordenação de ações institucionais públicas em nível local e em parceria com organizações internacionais, da sociedade civil e o setor produtivo, permitindo que a região assuma um papel de liderança no enfrentamento às mudanças climáticas no país.

2.3.1.1. As atividades a serem desenvolvidas, são:

- a) **Treinamento presencial 1:** Introdução às mudanças climáticas, papéis dos governos locais, inventários de GEE, metodologia GPC, setores, construção de políticas sobre mudanças climáticas condizentes com o contexto local
- b) **Treinamento presencial 2:** Workshop de Sensibilização , introdução da metodologia GPC
- c) **Treinamento presencial 3:** Esclarecimento sobre dados obtidos
- d) **Treinamento presencial 4:** Priorização de Ações de Mitigação , Metas e Estratégias de Mitigação (LEDS)
- e) Análise dos Dados coletados
- f) Consolidação dos Dados Coletados
- g) Formatação do Banco de Dados de dados
- h) Tabulação dos dados coletados (8 planilhas, 1 Planilha por cidade e 1 Geral)
- i) Cálculos dos dados coletados (8 planilhas, 1 Planilha por cidade/ 1 Geral)
- j) Edição do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa
- k) Elaboração de Cenários, metas, diretrizes estratégias
- l) Elaboração da Política e Plano de Ação de Enfrentamento às Mudanças Climáticas
- m) Compilação de Resultados e Relatório Final Diagramado

2.3.1.2. Material de apoio (a ser fornecido pela contratada):

- a) Material de suporte com informações sobre as experiências de outras cidades com a realização de inventários aplicando a metodologia GCC
- b) Análise comparativa de inventários
- c) Plano de Trabalho
- d) Relatórios Mensais
- e) Memorandos de Entendimentos
- f) Relatórios de Atividades
- g) Plano de Ação

h) Relatório Final contendo os resultados do inventário e plano de ação diagramado

2.3.1.3. **Público alvo:** técnicos das prefeituras da Região do Grande ABC e equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Grande ABC que estarão envolvidos no desenvolvimento do inventário.

2.3.1.4. **Instalações** (a ser oferecido pelo contratante) - Auditório com equipamento multimídia e capacidade para o número de participantes a ser definido pelo contratante.

2.3.2. Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e suas Projeções para a Região do Grande ABC.

Com o apoio dos técnicos municipais, a contratada irá elaborar um inventário de emissões de uso de energia e de emissões de gases de efeito estufa para um ano base e, se projetará estes dados para 10 e 20 anos em um cenário inercial. Para a elaboração do inventário de emissões, o desenvolvimento dos seguintes aspectos é necessário:

- I. **Metodologia utilizada:** descrição da metodologia, os problemas na aplicação da metodologia e os ajustes requeridos.
- II. **Inventário consolidado da Região do Grande ABC:** as emissões de GEE deverão, na medida do possível, ser expressas em dióxido de carbono equivalente (CO₂e).
- III. **Inventário por setor prioritário da Região do Grande ABC:** O Inventário deverá focar as seguintes fontes emissoras:
 - IV. Energia
 - V. Processos industriais
 - VI. Setor Residencial
 - VII. Setor Comercial
 - VIII. Setor Transporte
 - IX. Setor de Resíduos: no mínimo, deverão ser consideradas as emissões de metano, produto da decomposição de resíduos sólidos urbanos, o tratamento de águas residuárias domésticas e industriais.
 - X. Setor de Serviços Públicos
 - XI. Administração Pública
 - XII. Mudanças e Uso do Solo
 - XIII. Outras emissões

Para cada uma das fontes emissoras deverão se avaliar os inventários de emissões existentes visando à construção de um cenário base. Para fontes emissoras onde isso seja factível, deverá ser realizada a seguinte análise:

- ✓ Emissões de CO₂ equivalente: Por tipo de combustível fóssil utilizado, incluindo as emissões fugitivas derivadas da manipulação dos combustíveis fósseis.

- ✓ Emissões de outros gases de efeito estufa diferentes do CO₂ equivalente.

A disponibilidade de dados é fundamental para o desenvolvimento do inventário. As Secretarias de Meio Ambiente dos municípios, demais secretarias e órgãos detentores (e.g. concessionárias de energia, agências de combustíveis, etc) e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, deverão realizar o levantamento dos dados necessários. Quando não houver dados disponíveis no âmbito da secretaria/prefeitura, a contratada deverá recorrer à extrapolação a partir de fontes secundárias consagradas nacionais e internacionais (ONU, MMA, MCT, IBGE, etc).

Produto final: Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa consolidado para a Região do Grande ABC e por setores prioritários, utilizando a ferramenta desenvolvida na metodologia GPC em colaboração com os técnicos das secretarias municipais, e suas projeções.

Será de responsabilidade da contratada a edição, redação, diagramação e revisão do inventário.

2.3.3. Desenvolvimento da Política Municipal de Enfrentamento às Mudanças Climáticas

- a) Apoio na formação de grupo gestor / comitê regional para enfrentamento às mudanças climáticas
- b) Elaboração de proposta da Política Regional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, conjuntamente com o grupo gestor / comitê.

3. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Constituem Obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir as especificações, procedimentos e prazos estabelecidos no presente instrumento e na proposta da CONTRATADA;
- b) Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- c) Executar os serviços de acordo com os termos do presente contrato e dentro dos padrões, normas e condições técnicas e de qualidade julgadas satisfatórias, comprometendo-se também a não proceder nenhuma modificação, seja qual for, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente;
- d) A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- e) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

- f) Será vedado à CONTRATADA ceder, sub-contratar ou transferir o contrato, total ou parcialmente, sem autorização expressa da CONTRATANTE. No caso de autorizada, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável com sua contratada, tanto com relação à CONTRATANTE, como perante terceiros pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais;
- g) A contratada deverá indicar um gestor para contato com a CONTRATANTE e este deverá responder pelo correto encaminhamento de solicitações e ocorrências, caso a central de serviços não opere satisfatoriamente, ainda que por um curto período de tempo.

3.2. Constituem Obrigações da CONTRATANTE:

- a) Indicar, através da Diretoria Responsável, representante para fiscalizar e acompanhar os serviços objeto do presente instrumento;
- b) Prestar todas as informações ou esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA que sejam necessários ao bom andamento dos serviços;
- c) Fiscalizar e Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos da proposta apresentada e de acordo com as cláusulas contratuais;
- d) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as possíveis irregularidades detectadas na execução dos serviços;
- e) Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados conforme prazos e condições constantes na Clausula do Pagamento;

4. VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. O contrato terá vigência de 08 (oito) meses contados a partir da assinatura e a execução das atividades mencionadas deverá seguir o cronograma abaixo:

Atividades do Projeto (mês)	1	2	3	4	5	6	7	8
A. Fortalecimento da capacidade institucional da Região do Grande ABC								
A1. Realização de oficinas ou workshops								
B. Realização do inventário e projeção das emissões de GEE								
B1. Estabelecimento da metodologia / coleta de dados								
B2. Inventário consolidado								
B3. Inventário por setores								
B4. Construção de cenários								
B5. Elaboração da Política Regional de Mudanças Climáticas								

Ressalta-se que o cumprimento do cronograma está diretamente relacionado à cooperação das prefeituras, secretarias municipais, Consórcio Intermunicipal Grande ABC e outros atores envolvidos no processo, por meio da disponibilização de dados, informações e pessoal técnico para o desenvolvimento do trabalho.

5. PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão realizados conforme cronograma de execução (físico-financeiro), mediante o cumprimento e aprovação de cada uma das atividades (etapas), em até 05 (cinco) dias úteis após atesto da Nota Fiscal/Fatura, a qual deverá ser aprovada, conferida e assinada pela Diretoria Requisitante e encaminhada posteriormente, à Diretoria Administrativa e Financeira para lançamento e demais providências.

5.2. A atestação do objeto contratado, somente ocorrerá se não houver a constatação de qualquer irregularidade.

5.2.1. Caso os serviços apresentem irregularidades ou estejam fora dos padrões determinados, a unidade solicitará a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. O atraso na regularização acarretará a aplicação das penalidades previstas no Edital.

5.3. Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada a nova contagem somente após a regularização dessa documentação.

5.4. Ocorrendo atraso na liberação do pagamento por motivo injustificado, a Contratante poderá ser penalizada com multa de mora correspondente a 0,01% (um centésimo de percentual), do valor a ser pago, por dia de atraso até seu efetivo pagamento.

5.5. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.6. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário, e a Contratada deverá indicar os dados bancários no corpo da nota fiscal.

5.7. Os preços serão fixos e irrevogáveis nos termos da Lei Federal 10.192/2001.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a execução do objeto deste Edital onerarão a(s) dotação(ões) consignada(s) no orçamento do Exercício de 2016, sob os nºs 02801.01.3.3.90.35.18.541.0004.04 e em orçamento(s) futuro(s), quando necessário.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº. 112/2015

CONVITE Nº. 001/2016.

ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA E CAPACITAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA DOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC NA METODOLOGIA GPC – GLOBAL PROTOCOL FOR COMMUNITIES, BEM COMO ELABORAÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL DO GRANDE ABC DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

Convite nº: 001/2016	Data Abertura: 07/04/2016	Horário: 10 h: 00 min.
Nome da Empresa/ Razão Social:		
Endereço eletrônico:		
E-mail:		
Endereço:	Nº.	Bairro:
Cidade:	Estado:	CEP:
CNPJ Nº:	Fone/fax:	Inscrição Estadual:

Dados Bancários para pagamento:			
Banco: _____ - nº ____ / Agência: _____ / Conta Corrente: _____			
Dados da pessoa que assinará o Contrato:			
Nome:	Cargo:	RG nº:	CPF nº:

Especificação das Atividades	Prazo de Execução (conforme cronograma)	Valor
1. Realização de Oficinas ou Workshops	1º e 5º mês	
2. Estabelecimento da metodologia/ coleta de dados	Do 1º ao 4º mês	
3. Inventário Consolidado	Do 2º ao 6º mês	

4. Inventário por Setores	Do 2º ao 6º mês	
5. Construção de cenários	Do 4º ao 8º mês	
6. Elaboração da Política Regional de Mudanças Climáticas	Do 4º ao 8º mês	
VALOR TOTAL GLOBAL		

Deverão ser observadas as atividades e cronograma de execução, constantes no Anexo I.

(local data)

.....

Nome/assinatura

Cargo



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Ao
Consortio Intermunicipal Grande ABC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – COPEL I
SR. PRESIDENTE,

O Licitante _____ com sede em _____, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº _____, representado legalmente neste ato pelo(a) Sr.(a) _____, (Cargo) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, **declara**, para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854 de 27/10/1999, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, uma vez que cumpre as disposições impostas pelo inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

(local data)

.....
Nome/assinatura

Cargo

ANEXO V

PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao

Consortio Intermunicipal Grande ABC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – COPEL I

SR. PRESIDENTE,

A Microempresa (ME) **ou** Empresa de Pequeno Porte (EPP) _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, representada legalmente neste ato pelo(a) Sr.(a) _____, (Cargo) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, **declara**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alteração, estar apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Convite nº _____, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, e que sua receita bruta anual não excederá, neste exercício, o limite fixado no artigo 3º da Lei Complementar 123/06, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na mesma legislação.

(local data)

.....
Nome/assinatura

Cargo

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2016.

Termo de Contrato que entre si celebram
o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
GRANDE ABC** e a empresa

_____,
que tem por objeto a **ELABORAÇÃO DO
INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES
DE EFEITO ESTUFA E CAPACITAÇÃO
DE EQUIPE TÉCNICA DOS MUNICÍPIOS
DO GRANDE ABC NA METODOLOGIA
GPC – GLOBAL PROTOCOL FOR
COMMUNITIES, BEM COMO
ELABORAÇÃO DA POLÍTICA
REGIONAL DO GRANDE ABC DE
ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS**, decorrente do Processo de
Compras nº 112/2015 – Convite nº
001/2016.

Aos __ (_____) dias do mês de _____ de 2016, na
sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, compareceram as partes entre si,
justas e contratadas, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO
GRANDE ABC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº
58.151.580/0001-06, com sede na Avenida Ramiro Colleoni, 05, Centro, Cidade
de Santo André – Estado de São Paulo, neste ato representado por seu
Presidente, o Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, **LUIZ MARINHO**,
brasileiro, casado, Bacharel em Direito, portador da Cédula de Identidade RG nº.
_____, inscrito no CPF/MF sob o nº. _____, doravante denominado,
simplesmente **“CONTRATANTE”** e, de outro lado, a empresa
_____, com sede na _____, nº. _____, Bairro _____,
Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, Inscrição
Estadual nº. _____, neste ato representada por _____, portador da Cédula
de Identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF nº. _____, residente e domiciliado
na _____, doravante denominada simplesmente **“CONTRATADA”**,
as quais, perante testemunhas adiante nomeadas e assinadas, resolvem firmar o
presente contrato, mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam e
outorgam, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a **ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA E CAPACITAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA DOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC NA METODOLOGIA GPC – GLOBAL PROTOCOL FOR COMMUNITIES, BEM COMO ELABORAÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL DO GRANDE ABC DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**, conforme condições do Anexo I – Termo de Referência, e Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 2.1. Objetivo da Contratação:
- I. Realizar treinamentos para técnicos das sete prefeituras que compõem o Consórcio intermunicipal Grande ABC: Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra com a aplicação da metodologia da GPC – Global Protocol For Community, visando sua capacitação para executar o Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Política de Mudanças Climáticas;
 - II. Criação de um Grupo de Trabalho Específico para a elaboração do Inventário de GEE;
 - III. Coordenar a coleta de dados, sistematização, compilação, análise e cálculos para a produção do Inventário de Emissões de GEE da Região do Grande ABC;
 - IV. Elaborar a Política de Mudanças Climáticas Inventário de GEE da Região do Grande ABC;
 - V. Criação do Comitê Regional de Mudanças Climáticas.

2.2. Atividades:

2.2.1. Fortalecimento da capacidade institucional dos técnicos municipais da região do grande abc no tema de mudanças climáticas

Coordenação de ações institucionais públicas em nível local e em parceria com organizações internacionais, da sociedade civil e o setor produtivo, permitindo que a região assuma um papel de liderança no enfrentamento às mudanças climáticas no país.

2.2.1.1. As atividades a serem desenvolvidas, são:

- a) **Treinamento presencial 1:** Introdução às mudanças climáticas, papéis dos governos locais, inventários de GEE, metodologia GPC, setores, construção de políticas sobre mudanças climáticas condizentes com o contexto local
- b) **Treinamento presencial 2:** Workshop de Sensibilização , introdução da metodologia GPC
- c) **Treinamento presencial 3:** Esclarecimento sobre dados obtidos
- d) **Treinamento presencial 4:** Priorização de Ações de Mitigação , Metas e Estratégias de Mitigação (LEDS)
- e) Análise dos Dados coletados
- f) Consolidação dos Dados Coletados
- g) Formatação do Banco de Dados de dados
- h) Tabulação dos dados coletados (8 planilhas, 1 Planilha por cidade e 1 Geral)
- i) Cálculos dos dados coletados (8 planilhas, 1 Planilha por cidade/ 1 Geral)
- j) Edição do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa
- k) Elaboração de Cenários, metas, diretrizes estratégias
- l) Elaboração da Política e Plano de Ação de Enfrentamento às Mudanças Climáticas
- m) Compilação de Resultados e Relatório Final Diagramado

2.2.1.2. Material de apoio (a ser fornecido pela contratada):

- a) Material de suporte com informações sobre as experiências de outras cidades com a realização de inventários aplicando a metodologia GCC
- b) Análise comparativa de inventários
- c) Plano de Trabalho
- d) Relatórios Mensais
- e) Memorandos de Entendimentos
- f) Relatórios de Atividades
- g) Plano de Ação
- h) Relatório Final contendo os resultados do inventário e plano de ação diagramado

2.2.1.3. **Público alvo:** técnicos das prefeituras da Região do Grande ABC e equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Grande ABC que estarão envolvidos no desenvolvimento do inventário.

2.2.1.4. **Instalações** (a ser oferecido pelo contratante) - Auditório com equipamento multimídia e capacidade para o número de participantes a ser definido pelo contratante.

Para cada uma das fontes emissoras deverão se avaliar os inventários de emissões existentes visando à construção de um cenário base. Para fontes emissoras onde isso seja factível, deverá ser realizada a seguinte análise:

- ✓ Emissões de CO₂ equivalente: Por tipo de combustível fóssil utilizado, incluindo as emissões fugitivas derivadas da manipulação dos combustíveis fósseis.
- ✓ Emissões de outros gases de efeito estufa diferentes do CO₂ equivalente.

A disponibilidade de dados é fundamental para o desenvolvimento do inventário. As Secretarias de Meio Ambiente dos municípios, demais secretarias e órgãos detentores (e.g. concessionárias de energia, agências de combustíveis, etc) e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, deverão realizar o levantamento dos dados necessários. Quando não houver dados disponíveis no âmbito da secretaria/prefeitura, a contratada deverá recorrer à extrapolação a partir de fontes secundárias consagradas nacionais e internacionais (ONU, MMA, MCT, IBGE, etc).

Produto final: Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa consolidado para a Região do Grande ABC e por setores prioritários, utilizando a ferramenta desenvolvida na metodologia GPC em colaboração com os técnicos das secretarias municipais, e suas projeções.

Será de responsabilidade da contratada a edição, redação, diagramação e revisão do inventário.

2.2.3. Desenvolvimento da Política Municipal de Enfrentamento às Mudanças Climáticas

- a) Apoio na formação de grupo gestor / comitê regional para enfrentamento às mudanças climáticas
- b) Elaboração de proposta da Política Regional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, conjuntamente com o grupo gestor / comitê.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Constituem Obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir as especificações, procedimentos e prazos estabelecidos no presente instrumento e na proposta da CONTRATADA;
- b) Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- c) Executar os serviços de acordo com os termos do presente contrato e dentro dos padrões, normas e condições técnicas e de qualidade julgadas

satisfatórias, comprometendo-se também a não proceder nenhuma modificação, seja qual for, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente;

- d) A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- e) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f) Será vedado à CONTRATADA ceder, sub-contratar ou transferir o contrato, total ou parcialmente, sem autorização expressa da CONTRATANTE. No caso de autorizada, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável com sua contratada, tanto com relação à CONTRATANTE, como perante terceiros pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais;
- g) A contratada deverá indicar um gestor para contato com a CONTRATANTE e este deverá responder pelo correto encaminhamento de solicitações e ocorrências, caso a central de serviços não opere satisfatoriamente, ainda que por um curto período de tempo;

3.2. Constituem Obrigações da CONTRATANTE:

- a) Indicar, através da Diretoria Responsável, representante para fiscalizar e acompanhar os serviços objeto do presente instrumento;
- b) Prestar todas as informações ou esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA que sejam necessários ao bom andamento dos serviços;
- c) Fiscalizar e Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos da proposta apresentada e de acordo com as cláusulas contratuais;
- d) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as possíveis irregularidades detectadas na execução dos serviços;
- e) Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados conforme prazos e condições constantes na Clausula do Pagamento;

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

- 4.1. O contrato terá vigência de 08 (oito) meses contados a partir da assinatura e a execução das atividades mencionadas deverá seguir o cronograma abaixo:

Atividades do Projeto (mês)	1	2	3	4	5	6	7	8
A. Fortalecimento da capacidade institucional da Região do Grande ABC								
A1. Realização de oficinas ou workshops								
B. Realização do inventário e projeção das emissões de GEE								
B1. Estabelecimento da metodologia / coleta de dados								
B2. Inventário consolidado								
B3. Inventário por setores								
B4. Construção de cenários								
B5. Elaboração da Política Regional de Mudanças Climáticas								

Ressalta-se que o cumprimento do cronograma está diretamente relacionado à cooperação das prefeituras, secretarias municipais, Consórcio Intermunicipal Grande ABC e outros atores envolvidos no processo, por meio da disponibilização de dados, informações e pessoal técnico para o desenvolvimento do trabalho.

CLÁUSULA QUINTA DO VALOR E DOS RECURSOS

5.1. O valor total estimado do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

Especificação das Atividades	Prazo de Execução (conforme cronograma)	Valor
1. Realização de Oficinas ou Workshops	1º e 5º mês	
2. Estabelecimento da metodologia/ coleta de dados	Do 1º ao 4º mês	
3. Inventário Consolidado	Do 2º ao 6º mês	
4. Inventário por Setores	Do 2º ao 6º mês	
5. Construção de cenários	Do 4º ao 8º mês	
6. Elaboração da Política Regional de Mudanças Climáticas	Do 4º ao 8º mês	

5.2. As despesas com a execução do objeto deste Edital onerarão a(s) dotação(ões) consignada(s) no orçamento de 2016, sob o nº 02801.01.3.3.90.35.18.541.0004.04 e em orçamento(s) futuro(s), quando necessário.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

- 6.1. Os pagamentos serão realizados conforme cronograma de execução (físico-financeiro), mediante o cumprimento e aprovação de cada uma das atividades (etapas), em até 05 (cinco) dias úteis após atesto da Nota Fiscal/Fatura, a qual deverá ser aprovada, conferida e assinada pela Diretoria Requisitante e encaminhada posteriormente, à Diretoria Administrativa e Financeira para lançamento e demais providências.
- 6.2. A atestação do objeto contratado, somente ocorrerá se não houver a constatação de qualquer irregularidade.
- 6.2.1. Caso os serviços apresentem irregularidades ou estejam fora dos padrões determinados, a unidade solicitará a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. O atraso na regularização acarretará a aplicação das penalidades previstas no Contrato.
- 6.3. Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada a nova contagem somente após a regularização dessa documentação.
- 6.4. Ocorrendo atraso na liberação do pagamento por motivo injustificado, a Contratante poderá ser penalizada com multa de mora correspondente a 0,01% (um centésimo de percentual), do valor a ser pago, por dia de atraso até seu efetivo pagamento.
- 6.5. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 6.6. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário na conta bancária da **Contratada: Banco _____, agência n.º _____, conta n.º _____**.

6.7. Os preços serão fixos e irrevogáveis nos termos da Lei Federal 10.192/2001.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS SANÇÕES

07.1. São aplicáveis as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações posteriores, e demais normas pertinentes, a seguir indicadas:

- I. Advertência;
- II. Multa.
- III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio, nos termos indicados no subitem 07.12;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

07.2. A multa pela recusa da adjudicatária em assinar o Contrato ou em retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste Edital será de 10% (dez por cento) do valor da proposta comercial, sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

07.3. Multa por atraso: 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 10% (dez por cento), podendo o Consórcio, a partir do 10º dia, considerar rescindido o Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

07.4. Multa por inexecução parcial do Contrato: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada.

07.5. Multa por inexecução total do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

07.6. Multa de 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total do Contrato.

07.7. Perda da garantia oferecida se houver, em caso de culpa pela rescisão contratual.

-
- 07.8. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 07.9. Constatada a inexecução contratual ou a hipótese do subitem 07.2, será a Contratada intimada da intenção do Consórcio Intermunicipal Grande ABC quanto à aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do art. 87, §2º e §3º da Lei 8.666/93.
- 07.10. Não sendo apresentada a defesa prévia pela Contratada ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, o Consórcio providenciará a notificação da Contratada quanto à aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do artigo 109, I, “f” da Lei no 8.666/93.
- 07.11. Decorridas as fases anteriores, o prazo para pagamento das multas será de 3 (três) dias úteis a contar da intimação da Contratada. A critério do Consórcio e sendo possível, o valor devido será descontado da garantia prestada, ou sendo esta insuficiente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Consórcio. Não havendo tais possibilidades, o valor será inscrito em dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.
- 07.12. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a empresa que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato ou deixar de retirar o instrumento equivalente, deixar de entregar documentação exigida para a sessão pública ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, no Contrato e nas demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 08.1. O presente Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações; no Código Civil, no que couber, pelas Cláusulas deste Contrato, pelo Edital e pela Proposta da Contratada inserta às folhas ____ a ____.

**CLÁUSULA NONA
DO FORO**

09.1. O foro competente para dirimir qualquer dúvida ou ação decorrente do presente Contrato é o foro da Comarca de Santo André, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, vai assinada pelas partes e testemunhas a tudo presente e de tudo cientes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os regulares efeitos de Lei e de Direito.

Santo André, ____ de _____ de 2015.

CIGABC

CONTRATADA

Testemunhas:

RG:

RG:

ANEXO VI

“TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO”

Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Contratada: _____

Contrato nº (de origem): _____

Objeto: _____

Advogado(s): (*) _____

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

LOCAL e DATA: _____

CONTRATANTE

Nome e cargo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____

CONTRATADA

Nome e cargo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____

() Facultativo. Indicar quando já constituído*